

1.7.2015

A8-0217/18

**Alteração 18**

**Liadh Ní Riada, Younous Omarjee, Miguel Urbán Crespo, Marisa Matias, Fabio De Masi, Matt Carthy, Martina Anderson, Luke Ming Flanagan, Barbara Spinelli, Javier Couso Permuy, Lidia Senra Rodríguez**  
em nome do Grupo GUE/NGL

**Relatório**

**A8-0217/2015**

**José Manuel Fernandes**

Orçamento de 2016 - Mandato para o tríplice  
2015/2074(BUD)

**Proposta de resolução**

**N.º 16-A (novo)**

*Proposta de resolução*

*Alteração*

***16-A. Recorda que o Mecanismo de Garantia de Empréstimos a Estudantes deve ser aplicado em condições favoráveis aos estudantes, independentemente do seu meio social, e que este instrumento suplementar e inovador para a mobilidade na aprendizagem não deverá substituir quaisquer sistemas de empréstimo ou subvenções já existentes nem impedir a criação de sistemas futuros que apoiem a mobilidade dos estudantes a nível local, nacional e da União;***

Or. en

**Alteração 19**

**Liadh Ní Riada, Younous Omarjee, Miguel Urbán Crespo, Marisa Matias, Fabio De Masi, Marie-Christine Vergiat, Matt Carthy, Martina Anderson, Marina Albiol Guzmán, Ángela Vallina, Javier Couso Permuy, Paloma López Bermejo, Dimitrios Papadimoulis, Luke Ming Flanagan, Barbara Spinelli**  
em nome do Grupo GUE/NGL

**Relatório****A8-0217/2015****José Manuel Fernandes**

Orçamento de 2016 - Mandato para o tríplice  
2015/2074(BUD)

**Proposta de resolução****N.º 21***Proposta de resolução**Alteração*

21. Toma nota do montante proposto de 50,8 mil milhões de euros em autorizações (+3,2% relativamente a 2015, com o impacto da reprogramação neutralizado) e de 49,1 mil milhões de euros em pagamentos (-4%) para a Subcategoria 1b, deixando uma pequena margem de 15,3 milhões de euros sob o limite máximo de autorizações; recorda que a política de coesão é a principal política de investimento da UE destinada a reduzir as disparidades entre as regiões europeias por meio do reforço da coesão económica, social e territorial; sublinha que instrumentos como o FSE, o FEDER, o Fundo de Coesão ou a Iniciativa para o Emprego dos Jovens são essenciais para promover a convergência, reduzir as disparidades de desenvolvimento e apoiar a criação de empregos sustentáveis e de qualidade; salienta o papel essencial da política de coesão da UE na concretização dos objetivos da *Estratégia Europa 2020*;

21. Toma nota do montante proposto de 50,8 mil milhões de euros em autorizações (+3,2% relativamente a 2015, com o impacto da reprogramação neutralizado) e de 49,1 mil milhões de euros em pagamentos (-4%) para a Subcategoria 1b, deixando uma pequena margem de 15,3 milhões de euros sob o limite máximo de autorizações; recorda que a política de coesão é a principal política de investimento da UE destinada a reduzir as disparidades entre as regiões europeias por meio do reforço da coesão económica, social e territorial; sublinha que instrumentos como o FSE, o FEDER, o Fundo de Coesão ou a Iniciativa para o Emprego dos Jovens são essenciais para promover a convergência, reduzir as disparidades de desenvolvimento e apoiar a criação de empregos sustentáveis e de qualidade, *a fim de garantir o investimento em políticas sociais e de coesão, promover a convergência e reduzir as disparidades de desenvolvimento, atenuando simultaneamente as disparidades a nível social, económico, local, regional e nacional; recorda a necessidade de*

*reforçar a luta contra a pobreza, o desemprego, a exclusão social e as desigualdades (de rendimento) através de instrumentos como Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas mais Carenciadas e o regime de distribuição de fruta e de leite nas escolas; salienta o papel essencial da política de coesão da UE na concretização dos objetivos da União; insiste, por conseguinte, na necessidade de aumentar as dotações de pagamento propostas para atingir o mínimo indispensável para responder às necessidades desta sub-rubrica;*

Or. en

1.7.2015

A8-0217/20

**Alteração 20**

**João Ferreira, Inês Cristina Zuber, Miguel Viegas, Paloma López Bermejo, Miguel Urbán Crespo, Marisa Matias, Fabio De Masi, Marie-Christine Vergiat, Lidia Senra Rodríguez, Marina Albiol Guzmán, Ángela Vallina, Javier Couso Permu, Barbara Spinelli**

em nome do Grupo GUE/NGL

**Relatório**

**José Manuel Fernandes**

Orçamento de 2016 - Mandato para o trólogo  
2015/2074(BUD)

**A8-0217/2015**

**Proposta de resolução**

**N.º 21-A (novo)**

*Proposta de resolução*

*Alteração*

***21-A. Saliencia a importância de reforçar todos os fundos orçamentais e garantir uma boa gestão orçamental dos programas de intervenção social no âmbito do quadro financeiro plurianual para 2014-2020 que visam, nomeadamente, combater o desemprego, a pobreza e a exclusão social, como o Fundo Social Europeu (FSE), a Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ), os diferentes eixos do programa para o Emprego e a Inovação Social (EaSI), bem como o Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas mais Carenciadas (FEAD) e o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG);***

Or. en

1.7.2015

A8-0217/21

### Alteração 21

**Liadh Ní Riada, Younous Omarjee, Miguel Urbán Crespo, Marisa Matias, Fabio De Masi, Marie-Christine Vergiat, Matt Carthy, Martina Anderson, Dimitrios Papadimoulis, Luke Ming Flanagan, Barbara Spinelli**  
em nome do Grupo GUE/NGL

### Relatório

A8-0217/2015

**José Manuel Fernandes**

Orçamento de 2016 - Mandato para o trípulo  
2015/2074(BUD)

### Proposta de resolução

N.º 23

#### *Proposta de resolução*

23. Recorda que é necessário no orçamento de 2006 um montante de 21,6 mil milhões de euros para fazer baixar o nível dos pedidos de pagamento de liquidação pendente para os programas da coesão de 2007-2013, de 24,7 mil milhões de euros no fim de 2014 e 20 mil milhões no fim de 2015 para cerca de 2 mil milhões de euros no fim de 2016, como indicado na avaliação da Comissão anexa à declaração comum sobre um plano de pagamentos para 2015-2016; requer que se evite semelhante acumulação «anormal» de pagamentos por liquidar no futuro, a fim de não comprometer a credibilidade da UE;

#### *Alteração*

23. Recorda que é necessário no orçamento de 2006 um montante de 21,6 mil milhões de euros para fazer baixar o nível dos pedidos de pagamento de liquidação pendente para os programas da coesão de 2007-2013, de 24,7 mil milhões de euros no fim de 2014 e 20 mil milhões no fim de 2015 para cerca de 2 mil milhões de euros no fim de 2016, como indicado na avaliação da Comissão anexa à declaração comum sobre um plano de pagamentos para 2015-2016; ***recorda as conclusões do 6.º relatório sobre a coesão, nomeadamente o agravamento espetacular das disparidades regionais na UE durante o período 2008-2011, e insiste na necessidade de reforçar significativamente a política de coesão;*** requer que se evite semelhante acumulação «anormal» de pagamentos por liquidar no futuro, a fim de não comprometer a credibilidade da UE;

Or. en

AM\1067546PT.doc

PE559.033v01-00

**PT**

*Unida na diversidade*

**PT**

1.7.2015

A8-0217/22

**Alteração 22**

**Liadh Ní Riada, Younous Omarjee, Miguel Urbán Crespo, Marisa Matias, Fabio De Masi, Marie-Christine Vergiat, Matt Carthy, Martina Anderson, Dennis de Jong, Lidia Senra Rodríguez, Marina Albiol Guzmán, Ángela Vallina, Javier Couso Permuy, Paloma López Bermejo, Dimitrios Papadimoulis, Luke Ming Flanagan, Barbara Spinelli**  
em nome do Grupo GUE/NGL

**Relatório**

**A8-0217/2015**

**José Manuel Fernandes**

Orçamento de 2016 - Mandato para o trípulo  
2015/2074(BUD)

**Proposta de resolução**

**N.º 23-A (novo)**

*Proposta de resolução*

*Alteração*

***23-A. Destaca que as políticas de austeridade da União criaram uma pressão em baixa sobre os salários reais nos Estados-Membros, o que prolongará o impacto da crise económica e social; sublinha que o orçamento da União deve ser utilizado para apoiar os esforços tendentes a aumentar os salários reais e lutar contra o dumping social nos Estados-Membros;***

Or. en

1.7.2015

A8-0217/23

**Alteração 23**

**Younous Omarjee, Liadh Ní Riada, Miguel Urbán Crespo, Marisa Matias, Fabio De Masi, Marie-Christine Vergiat, Matt Carthy, Martina Anderson, Lidia Senra Rodríguez, Marina Albiol Guzmán, Ángela Vallina, Javier Couso Permu, Paloma López Bermejo, Dimitrios Papadimoulis, Luke Ming Flanagan, Barbara Spinelli**  
em nome do Grupo GUE/NGL

**Relatório**

**A8-0217/2015**

**José Manuel Fernandes**

Orçamento de 2016 - Mandato para o trípulo  
2015/2074(BUD)

**Proposta de resolução**

**N.º 23-B (novo)**

*Proposta de resolução*

*Alteração*

*23-B. Manifesta a sua desaprovação quanto à institucionalização dos princípios da condicionalidade macroeconómica e da da reserva de desempenho e a ligação entre a política de coesão e os Fundos Estruturais, por um lado, e o Pacto de Estabilidade e Crescimento, pacote da governação económica e qualquer acordo económico dos Estados-Membros, por outro lado; os postulados subjacentes são indiscutivelmente diferentes e os seus objetivos diametralmente opostos; enfatiza que o objetivo da política de coesão não devia ser o de impor condições macroeconómicas e financeiras rigorosas que impliquem medidas de austeridade ou a penalização dos Estados-Membros e das regiões; reforça que a política de coesão é concebida para garantir um crescimento equilibrado e eliminar as desigualdades com vista a atingir uma convergência genuína; indica que o financiamento das regiões europeias não pode ser objeto de suspensão devido ao incumprimento dos Estados-Membros com condicionalidades macroeconómicas e que a suspensão do financiamento destinado aos Estados-*

AM\1067546PT.doc

PE559.033v01-00

**PT**

*Unida na diversidade*

**PT**

*Membros em dificuldades agravará a situação;*

Or. en

1.7.2015

A8-0217/24

**Alteração 24**

**Liadh Ní Riada, Younous Omarjee, Miguel Urbán Crespo, Marisa Matias, Fabio De Masi, Marie-Christine Vergiat, Matt Carthy, Martina Anderson, Dimitrios Papadimoulis, Luke Ming Flanagan, Barbara Spinelli**  
em nome do Grupo GUE/NGL

**Relatório**

**A8-0217/2015**

**José Manuel Fernandes**

Orçamento de 2016 - Mandato para o tríplice  
2015/2074(BUD)

**Proposta de resolução**

**N.º 24-A (novo)**

*Proposta de resolução*

*Alteração*

*24-A. Insta a Comissão a apresentar medidas específicas para reforçar o apoio ao desenvolvimento sustentável e uma procura interna respeitadora do ambiente, baseada na qualidade do emprego, no bem-estar social, na erradicação da pobreza e da exclusão social, e para promover a coesão económica e social, garantindo que o orçamento da União é utilizado para completar as medidas adotadas pelos Estados-Membros;*

Or. en

1.7.2015

A8-0217/25

**Alteração 25**

**João Ferreira, Inês Cristina Zuber, Miguel Viegas, Paloma López Bermejo, Miguel Urbán Crespo, Marisa Matias, Marie-Christine Vergiat, Matt Carthy, Martina Anderson, Lidia Senra Rodríguez, Marina Albiol Guzmán, Ángela Vallina, Javier Couso Permuy, Barbara Spinelli, Liadh Ní Riada**  
em nome do Grupo GUE/NGL

**Relatório**

**A8-0217/2015**

**José Manuel Fernandes**

Orçamento de 2016 - Mandato para o trólogo  
2015/2074(BUD)

**Proposta de resolução**

**N.º 24-B (novo)**

*Proposta de resolução*

*Alteração*

***24-B. Salaria que o orçamento para 2016 deve promover um elevado nível de proteção dos trabalhadores, incluindo direitos laborais e sindicais, e uma cultura de prevenção na União e contribuir para enfrentar os novos desafios que continuam a surgir no domínio da saúde e da segurança no trabalho; salienta que os fundos da União não podem ser utilizados para financiar os programas de emprego orientados para necessidades correntes de serviço ou para financiar o falso emprego por conta própria;***

Or. en

**Alteração 26**

**Liadh Ní Riada, Younous Omarjee, Miguel Urbán Crespo, Marisa Matias, Marie-Christine Vergiat, Matt Carthy, Martina Anderson, Dennis de Jong, Barbara Spinelli**  
em nome do Grupo GUE/NGL

**Relatório****A8-0217/2015****José Manuel Fernandes**

Orçamento de 2016 - Mandato para o trílogo  
2015/2074(BUD)

**Proposta de resolução****N.º 25***Proposta de resolução**Alteração*

25. Toma nota dos 63,1 mil milhões de euros propostos em autorizações (-0,1% em comparação com 2015, com o impacto da reprogramação neutralizado) e de 55,9 mil milhões de euros em pagamentos (-0,2%) para a Categoria 2, deixando uma margem de 1,2 mil milhões de euros aquém do limite máximo de autorizações e uma margem de 1,1 mil milhões de euros aquém do sublimite máximo para o Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA); salienta que o mecanismo de disciplina financeira só é aplicado para estabelecer a reserva para crises no setor agrícola; aguarda a carta retificativa da Comissão, prevista para outubro, que deverá basear-se em informações atualizadas sobre o financiamento do FEAGA; salienta que as transferências entre os dois pilares da PAC resultam num aumento global do montante disponível para o desenvolvimento rural;

25. Toma nota dos 63,1 mil milhões de euros propostos em autorizações (-0,1% em comparação com 2015, com o impacto da reprogramação neutralizado) e de 55,9 mil milhões de euros em pagamentos (-0,2%) para a Categoria 2, deixando uma margem de 1,2 mil milhões de euros aquém do limite máximo de autorizações e uma margem de 1,1 mil milhões de euros aquém do sublimite máximo para o Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA); salienta que o mecanismo de disciplina financeira só é aplicado para estabelecer a reserva para crises no setor agrícola; aguarda a carta retificativa da Comissão, prevista para outubro, que deverá basear-se em informações atualizadas sobre o financiamento do FEAGA, **e solicita, em particular, à Comissão que apresente, até setembro de 2015, uma primeira avaliação da aplicação das regras da condicionalidade e proceda à revisão das normas em matéria de boas condições agrícolas e ambientais e verifique se não foi concedido qualquer benefício ambiental adicional através da reestruturação e da «ecologização» da PAC**; salienta que as transferências entre os dois pilares da PAC resultam num aumento global do montante disponível

para o desenvolvimento rural;

Or. en

1.7.2015

A8-0217/27

**Alteração 27**

**João Ferreira, Inês Cristina Zuber, Miguel Viegas, Paloma López Bermejo, Marisa Matias, Marina Albiol Guzmán, Ángela Vallina, Javier Couso Permy, Barbara Spinelli**  
em nome do Grupo GUE/NGL

**Relatório**

**A8-0217/2015**

**José Manuel Fernandes**

Orçamento de 2016 - Mandato para o tríplice  
2015/2074(BUD)

**Proposta de resolução**

**N.º 25-A (novo)**

*Proposta de resolução*

*Alteração*

*25-A. Solicita a disponibilização de fundos suficientes para implementar todos os elementos da reforma da PAC, mediante o reforço do plafonamento e modulação, nomeadamente no que se refere à ecologização, à biodiversidade e aos programas de desenvolvimento rural; salienta os objetivos do aumento da competitividade e da sustentabilidade da agricultura europeia e solicita a disponibilização de mais recursos para o cumprimento destes objetivos, nomeadamente a disponibilização de mais recursos para prevenção de pragas e catástrofes e a luta contra as mesmas; salienta que a defesa das vinhas engloba aspetos fundamentais como a proteção dos direitos dos agricultores; exorta a Comissão a aumentar o orçamento a fim de reforçar o sistema de ajudas ao cultivo da vinha, designadamente ao investimento, à reestruturação e à promoção, dado que a vinha é cultivada para produzir durante décadas e que a primeira colheita só é obtida três anos após a plantação; insta a que seja dada prioridade à promoção e à publicidade dos mercados e atividades locais que contribuem para a sensibilização do seu contributo para as economias locais;*

AM\1067546PT.doc

PE559.033v01-00

**PT**

*Unida na diversidade*

**PT**

Or. en

AM\1067546PT.doc

PE559.033v01-00

**PT**

*Unida na diversidade*

**PT**